



Handwritten signatures and initials in blue ink:
Ramos
J. R.
J. L. P.

Relatório e Contas
do exercício económico de 2025
(de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025)



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Pelo presente Relatório de Gestão vem a Direção do **CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FEBRES (CPSSF)** dar conhecimento dos aspetos que considera mais relevantes, relacionados com a atividade desenvolvida pela CPSSF, no exercício de 2025.

Assim:

O Quadro Social da CPSSF é o seguinte:

Número médio funcionários	2025	2024
TOTAL	38	37
Efetivos	25	29
A termo	13	8
CEI	1	0

Colaboradores ao serviço de todas as Respostas Sociais	
Diretora Técnica	1
Assistente Social	1
Administrativa	1
Cozinha	2
Animador	1
Auxiliares Serviços Gerais	13
Ajudantes Ação Direta	17
Lavandaria	2
TOTAL	38

RESPOSTAS SOCIAIS – ATIVIDADE DESENVOLVIDA		Trabalhadores		Média Utentes	
		2025		2024	
Lar	Acolher e apoiar pessoas em idade sénior, em regime de permanência.	20	20	37	37
CD	Acolher e apoiar pessoas em idade sénior, em regime diurno no horário normal.	11	11	22	31
AD	Apoiar ao domicílio pessoas em situação social de fragilidade e/ou em idade sénior, em regime de visitas ao seu domicílio	7	6	22	23
		38	37	81	91

Trabalhadores Independentes
Medicina
Enfermagem
Contabilistas
Advogados

1 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA CPSSF DURANTE O ANO ECONÓMICO



Paulo
Jan 1985
Lei

1.1 – MANIFESTAÇÕES/ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Além da atividade normal corrente da instituição, durante o ano de 2025 a CPSSF, por já não estar a cumprir restrições impostas pela pandemia COVID-19, desenvolveu algumas atividades associativas de convívio e sensibilização da comunidade e dos organismos oficiais, de que resultaram 5.504,04€ de donativos e 13.075,02€ em receita de eventos de angariação de fundos.

1.2 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A CPSSF atravessou o ano de 2025 com estabilidade financeira motivada pelos investimentos que realizou, apesar do agravamento geral dos preços e dos custos laborais, tendo registado, ainda assim, um resultado positivo no ano 2025, no valor de 1.903,53€, o que se traduz numa melhoria nos resultados no valor de 4.570,09€ em relação ao ano anterior.

Nome	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	VARIAÇÃO	%
COMPRAS ALIMENTAÇÃO	124 401,84		142 922,08		-18 520,24	-12,96%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	181 953,44		188 380,82		-6 427,38	-3,41%
GASTOS COM O PESSOAL	660 464,06		605 090,60		55 373,46	9,15%
AMORTIZAÇÕES	30 993,53		30 165,99		827,54	2,74%
OUTROS GASTOS E PERDAS	23 415,53		15 564,86		7 850,67	50,44%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1 795,76		3 254,17		-1 458,41	-44,82%
	1 023 024,16		985 378,52		37 645,64	3,82%
VENDAS		0,00		0,00	0,00	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		967 424,13		611 009,45	356 414,68	58,33%
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		17 471,83		339 817,14	-322 345,31	-94,86%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		39 708,04		31 750,02	7 958,02	25,06%
JUROS, DIVID. E OUT.RENDIM.SIMILARES		323,69		135,35	188,34	139,15%
		1 024 927,69		982 711,96	42 215,73	4,30%
RESULTADOS		1 903,53	-2 666,56		4 570,09	

As contas 72 e 75 foram reexpressas de acordo com orientações do Núcleo Administrativo e Financeiros do Centro Distrital de Coimbra. Deste modo, os valores resultantes dos acordos com a S. S., que nos anos anteriores estavam na conta 75 - Subsídios, doações e legados à exploração, passaram a estar, em 2025, contabilizados na conta 72 - Prestações de serviços.

O quadro seguinte faz a demonstração dos resultados por respostas sociais e por atividade de angariação de fundos, estando os estes últimos valores agregados nas respostas sociais.



RENDIMENTOS E GASTOS	Respostas Sociais				Eventos	
	TOTAL	ERPI	CD	SAD	Dia Mãe	Pica Chão
Vendas e serviços prestados	967 424,13	644 587,28	142 849,52	179 987,33	4 181,22	8 893,80
Subsídios, doações e legados à exploração	17 471,83	11 989,98	2 230,34	3 251,51		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-124 401,84	-85 370,29	-15 880,31	-23 151,24	-1 254,36	-3 766,94
Fornecimentos e serviços externos	-181 953,44	-124 864,85	-23 226,97	-33 861,62		
Gastos com o pessoal	-660 464,06	-453 240,90	-84 310,47	-122 912,69		
Outros rendimentos e ganhos	39 708,04	27 427,67	4 996,38	7 284,00		
Outros gastos	-23 415,53	-14 620,26	-4 830,20	-3 965,08		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	34 369,13	5 908,63	21 828,29	6 632,21	2 926,86	5 126,86
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-30 993,53	-21 269,19	-3 956,43	-5 767,91		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 375,60	-15 360,56	17 871,86	864,30	2 926,86	5 126,86
Juros e rendimentos similares obtidos	323,69	222,13	41,32	60,24		
Juros e gastos similares suportados	-1 795,76	-1 232,34	-229,23	-334,19		
Resultados antes de impostos	1 903,53	-16 370,77	17 683,95	590,35	2 926,86	5 126,86
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período	1 903,53	-16 370,77	17 683,95	590,35	2 926,86	5 126,86

Todas as demonstrações e valores estão expressos em euros.

1.2.1 – Receitas

A CPSSF continua a perseguir a melhoria sustentada da qualidade e eficiência das suas atividades, ao nível do envolvimento dos cidadãos na vida da CPSSF, ao nível dos utentes em alojamento, no apoio e assistência aos mais desfavorecidos/necessitados em residência própria, e no apoio às famílias, e ainda ao nível das despesas próprias.

Ao nível das receitas dos utentes verificou-se um decréscimo no somatório das RS, no total de 7.818,07€. Em mais pormenor, verificou-se um acréscimo de 3,59% na RS do ERPI, e 7,39% no SAD, e um decréscimo acentuado de -24,59% no Centro de Dia. As receitas relacionadas com as Cantina Social sofreram um ligeiro decréscimo.

	Variação N / N-1		2025	2024
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	356 414,68	58,33%	967 424,13	611 009,45
Quota dos Utilizadores	357 136,18	58,74%	965 144,13	608 007,95
Lar	235 448,05	57,77%	643 022,64	407 574,59
Centro Dia	28 344,99	24,82%	142 558,47	114 213,48
Apoio domiciliário	93 343,14	108,26%	179 563,02	86 219,88
Cantina Social	- 721,50	-24,04%	2 280,00	3 001,50

Os subsídios à exploração, agora agregados à prestação de serviços relacionados com as RS cresceram, no global, 32.212,00€, sendo que, de acordo com o quadro seguinte, decresceram as RS CD e AD e cresceu o ERPI. Nos apoios do Município e nas doações houve um acréscimo muito significativo.



Randoso
Leai
João Lopes

	Variação N / N-1		2025	2024
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À	-322 345,31	-94,86%	17 471,83	339 817,14
<i>Subsídios Estado e outros E Públicos</i>	-322 345,31	-94,86%	17 471,83	339 817,14
Segurança Social	-332 020,75	-100,00%	0,00	332 020,75
Centro Dia	- 67 939,71	-100,00%	0,00	67 939,71
Apoio domiciliário	- 86 996,71	-100,00%	0,00	86 996,71
Lar idosos	-177 084,33	-100,00%	0,00	177 084,33
IEFP	- 1 701,11	-26,78%	4 650,94	6 352,05
Município Cantanhede	6 566,85	875,58%	7 316,85	750,00
Doações e Heranças	4 809,70	692,70%	5 504,04	694,34

Nas receitas da exploração, no conjunto as receitas dos Utentes e da Segurança Social, verifica-se que o ERPI representa mais de metade (66,62%) do total das receitas, e a comparticipação da Segurança Social representa apenas 37,74% no total das receitas. Quanto ao SAD as comparticipações da Segurança Social representam 48,44% do total das receitas.

RECEITAS CORRENTES	TOTAL RS	TotRS/TOTAL	UTENTES	SEG Social	SS/Tot.RS
Totais	965 144,13	62,26%	600 911,38	364 232,75	37,74%
Lar (com complementos)	643 022,64	66,62%	422 197,28	220 825,36	34,34%
Centro Dia	142 558,47	14,77%	86 124,37	56 434,10	39,59%
Apoio domiciliário	179 563,02	18,60%	92 589,73	86 973,29	48,44%

Nos restantes Rendimentos e Ganhos a instituição foram registadas receitas de 8.531,02€ de restituição de IVA decorrentes das faturas de bens alimentares, mais 420,60€ de consignação de IRS. Do recálculo nos protocolos foi recebido da S. Social o valor de 567,88€, e de imputação de subsídios de investimento foi contabilizado o valor de 12.696,62€, mais 1.049,13€ de outros não especificados, conforme quadro seguinte.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	7 958,02	39 708,04	31 750,02
<i>Rendimentos suplementares</i>	13 075,02	15 475,02	2 400,00
Mavicol	0,00	0,00	0,00
Refeições - Cantinas sociais	0,00	0,00	0,00
Outros rendim. Suplem. Rapel	0,00	2 400,00	2 400,00
Donativos/AngFundos	13 075,02	13 075,02	0,00
Descontos pronto paga. obtidos	0,00	0,00	0,00
outros Rendimentos e Ganhos	0,00	0,00	0,00
Ganhos em imobilizado	-2 450,00	0,00	2450,00
Outros	-2 667,00	24 233,02	26 900,02
Correções relativas a anos anteriores	702,40	1 535,63	833,23
Imputação de subsídios para investi	548,34	12 696,62	12 148,28
Restituição de impostos-IVA	3 952,82	8 951,62	4 998,80
Donativos/AngFundos	-1 700,49	0,00	1 700,49
Arredondamentos	-0,74	0,02	0,76
Outros não especificados	-6 169,33	1 049,13	7 218,46

Foram realizados dois eventos, “Dia da Mãe” e “Pica no chão”, com receita líquida de 7.273,72€.

Angariação de Fundos	Variação	2025
Receitas	13 075,02	13 075,02
Despesas	5 801,30	5 801,30
Resultado	7 273,72	7 273,72

1.2.2 – Gastos



Recebido
Joaquim Lopes

Os gastos com a alimentação sofreram uma diminuição significativa, com um decréscimo em relação ao último ano, no valor de 18.520,24€ (-12,96%), apesar do agravamento da taxa da inflação.

Despesas Com Alimentação	Variação N/ N-1		2025	2024
CMVC	- 18 520,24	-12,96%	124 401,84	142 922,08

As despesas de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) foram inferiores às do ano de 2024 no montante de -6.427,38€ (-3,41%). As maiores descidas registraram-se nos custos com conservação e reparação, ferramentas, combustíveis, gasóleo e eletricidade. Os maiores aumentos foram nos custos da água e nos honorários dos Trabalhadores Independentes, como se segue.

HONORÁRIOS	Diferença	2025	2024
Medicina	3 760,00	13 360,00	9 600,00
Enfermagem	2 594,96	20 028,96	17 434,00
Contabilistas	188,70	6 230,70	6 042,00
Advogados	48,47	3 449,17	3 400,70
	6 592,13	43 068,83	36 476,70

O quadro comparativo seguinte demonstra o valor de cada rubrica de despesas e faz a comparação com as despesas equivalentes do ano anterior.

FORNECIMENTOS E SERV. EXTE	-6 427,38	181 953,44	188 380,82
<i>Serviços especializados</i>	2 245,61	67 310,23	65 064,62
Trabalhos especializados	-1 472,10	11 153,33	12 625,43
Publicidade e propaganda	-21,53	0,00	21,53
Vigilância e segurança	-111,00	159,16	270,16
HONORARIOS	6 592,13	43 068,83	36 476,70
Comissões	0,00	0,00	0,00
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÕES	-2 741,89	12 928,91	15 670,80
Serviços Bancários	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
MATERIAIS	-3 728,57	10 421,44	14 150,01
Ferramentas e utensílios de desgas	-2 500,21	3 623,77	6 123,98
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00	0,00
Material de escritório	239,23	513,92	274,69
Artigos para oferta	-518,62	0,00	518,62
Saúde Utentes-Agulhas,seringas,ar	-959,41	4 403,97	5 363,38
Material Decoração	-16,30	55,70	72,00
Rouparia-babets,almofadas,resgua	-811,67	799,17	1 610,84
Outros materiais	838,41	1 024,91	186,50
Aparelhos saúde (tensão, etc)	0,00	0,00	0,00

<i>Energia e fluídos</i>	-1 931,22	69 725,80	71 657,02	-2,7%
ELECTRICIDADE	-1 422,54	43 944,28	45 366,82	-3,1%
COMBUSTIVEIS	-2 186,39	17 272,39	19 458,78	-11,2%
Gasoleo	-1 715,38	9 566,95	11 282,33	-15,2%
Gás	-428,51	7 668,44	8 096,95	-5,3%
Água	1 677,71	8 509,13	6 831,42	24,6%
Carvão	-42,50	37,00	79,50	
Descontos e abatimentos	0,00	0,00	0,00	



Revisado
J. Lopes

Deslocações, estadas e transportes	49,85	360,20	310,35
Serviços diversos	-3 063,05	34 135,77	37 198,82
Rendas e alugueres	-6,15	332,10	338,25
COMUNICAÇÃO	-785,69	3 754,70	4 540,39
SEGUROS	-412,49	5 158,21	5 570,70
Contencioso e notariado	-1 037,04	0,00	1037,04
LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	-876,86	22 322,04	23 198,90
OUTROS SERVIÇOS	55,18	2 568,72	2 513,54
Descontos e abatimentos	0,00	0,00	0,00
Encargos C/ utentes	0,00	0,00	0,00
Devoluções de OBS	0,00	0,00	0,00

A rubrica de Custos com o Pessoal registou um acréscimo pelo quarto ano consecutivo, no valor de +55.373,46€, tendo o valor das remunerações aumentado em 43.744,63€, e tendo o valor das contribuições aumentado em proporção. no valor de 8.702,61€.

	Variação	2025	2024
Gastos com o pessoal	55 373,46	660 464,06	605 090,60
Remunerações	43 744,63	531 233,97	487 489,34
Indemnizações	941,58	941,58	0,00
Encargos S/Remunerações	8 702,61	114 726,38	106 023,77
Seguros	-48,70	9 739,66	9 788,36
Segurança, Saúde e Higiene	2 033,34	3 822,47	1 789,13

Em relação aos restantes Gastos e Perdas, no total houve um considerável agravamento, de 50,44%, no valor de 7.850,67€, principalmente em resultado do aumento dos custos das atividades de angariação de fundos, dado que não foram realizados eventos no ano anterior.

A CPSSF registou uma diminuição nos custos financeiros, nomeadamente nos juros, por se ter liquidado parte do valor em dívida, que, por ser mais reduzida, paga menos juros.

	Variação	2025	2024
Gastos Financiamento	-1 458,41	1 795,76	3 254,17
Juros suportados	-1 476,86	1 736,75	3 213,61
Comissões bancárias	18,45	59,01	40,56

As dívidas a Instituições Financeiras estão a ser amortizadas, estando prevista a amortização em 2026 do valor de 22.281,41€.

Empréstimos bancários	S. Inicial	Amortizações	Total	Saldo Final
Curto prazo	22 244,13	21 978,55	44 525,54	22 281,41
CCAM 77366	18 181,80	18 181,80	36 363,60	18 181,80
CCAM AQ-53-SI	4 062,33	3 796,75	8 161,94	4 099,61
Medio longo prazo	21 978,55		28 948,22	6 969,67
CCAM 77366	18 181,80		22 727,35	4 545,55
CCAM AQ-53-SI	3 796,75		6 220,87	2 424,12
Totais:	44 222,68	21 978,55	73 473,76	29 251,08

Além das dívidas bancárias, no total de 29.251,08€, cujo valor no início do ano era 44.222,68€, a CPSSF tem dívidas a fornecedores correntes (45.877,58€), e ao pessoal no valor de 36.346,52€ referentes a dezembro de 2025 mais 67.588,77€ relativos a subsídios de férias e férias, incluindo as cotizações sociais.



Raulo
João
João

O valor do ativo corrente é substancialmente inferior ao valor do passivo corrente, confirmando uma tendência que se vem verificando desde 2019, acompanhando o aumento do volume de negócios, tendo a situação sofrido nova variação negativa em relação ao ano anterior.

	2025	2024
Activo corrente	69 095,33	91 914,60
Passivo corrente	193 633,79	203 627,93
Variação	-124 538,46	-111 713,33

1.2.3 – Demonstração de Resultados

O resultado líquido do exercício sofreu uma significativa variação positiva, de 4.570,09€, em relação ao ano passado, registando agora um valor positivo de 1.903,53€, apesar aumento significativo dos Custos com o Pessoal, e dos custos em geral, que sofreu um agravamento de 55.373,56€, e apesar do aumento das receitas do IGFSS e da diminuição das receitas dos utentes.

Nos resultados,			
2024		-2 666,56	Resultado do ano
Receitas	Decresceu	-7 818,07	Utentes (+)
	Cresceu	41 887,44	Subsídios Estado (+)
	Cresceu	7 958,02	Outros rendimentos (+)
Despesas	Cresceu	-827,54	Amortizações (-)
	Decresceu	18 520,24	Alimentação (-)
	Cresceu	-55 373,46	Pessoal (-)
	Decresceu	6 427,38	FSE (+)
	Cresceu	-7 850,67	Outros Gastos (+)
	Decresceu	1 646,75	Juros (+)
2025		1 903,53	Resultado do ano

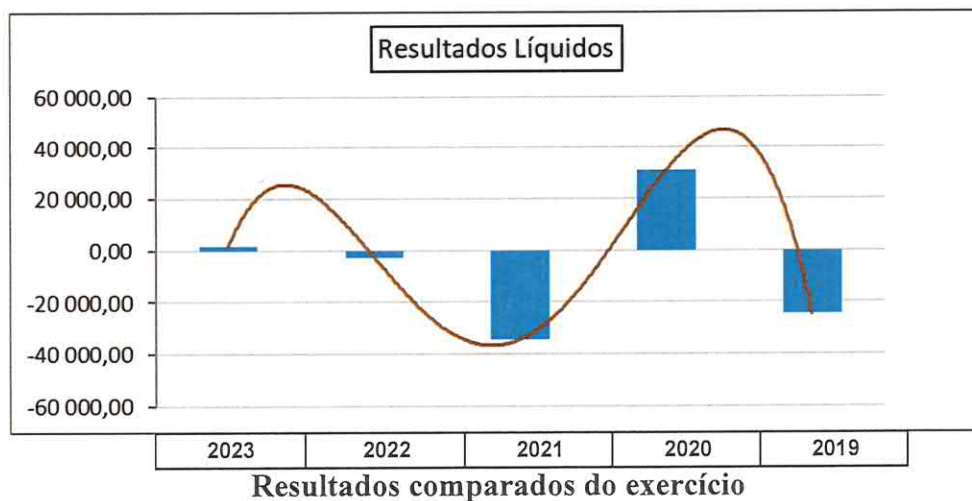
Estes resultados, nas atuais condições difíceis, ainda assim, refletem o continuado esforço da Direção no sentido do normal funcionamento da instituição, apesar das condições adversas provocadas pelo rescaldo da pandemia do COVID-19 e guerra na Ucrânia, que ainda faz sentir os seus efeitos, e do aumento exponencial dos preços, continuando a fornecer os seus serviços com qualidade e segurança.



Os Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foram positivos, 34.369,13€, com uma diferença de + 3.750,88€ em relação ao ano anterior, estando a instituição



com uma situação financeira controlada e sem incumprimentos. Os Resultados Líquidos foram positivos.



RENDIMENTOS E GASTOS	Variação	2025	2024	2023	2022	2021
Vendas e serviços prestados	58%	356 414,68	967 424,13	611 009,45	574 189,50	467 714,69
Subsídios, doações e legados à exploração	-95%	-322 345,31	17 471,83	339 817,14	300 230,45	335 309,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13%	-18 520,24	-124 401,84	-142 922,08	-134 772,43	-110 142,12
Fornecimentos e serviços externos	-3%	-6 427,38	-181 953,44	-188 380,82	-189 824,03	-185 883,77
Gastos com o pessoal	9%	55 373,46	-660 464,06	-605 090,60	-566 412,93	-444 383,89
Outros rendimentos e ganhos	25%	7 958,02	39 708,04	31 750,02	31 408,81	29 430,55
Outros gastos e perdas	50%	7 850,67	-23 415,53	-15 564,86	-13 743,39	-26 659,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 750,88	34 369,13	30 618,25	1 075,98	65 385,61
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3%	827,54	-30 993,53	-30 165,99	-32 033,28	-32 667,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 923,34	3 375,60	452,26	-30 957,30	32 717,73
Juros e rendimentos similares obtidos		188,34	323,69	135,35	6,58	6,17
Juros e gastos similares suportados		1 458,41	-1 795,76	-3 254,17	-3 380,69	-1 752,45
Resultados antes de impostos		4 570,09	1 903,53	-2 666,56	-34 331,41	30 971,45
Imposto sobre o rendimento do período						-24 429,88
Resultado líquido do período		4 570,09	1 903,53	-2 666,56	-34 331,41	30 971,45

1.2.4 - Balanço

A saúde financeira da CPSSF atesta-se pela ausência de dívidas em mora, não havendo fornecedores em mora para além do acordado entre as partes, sendo os pagamentos feitos num prazo inferior a 60 dias.

Procedeu-se à correção contabilística de alguns valores referentes a períodos anteriores, como por ex. a regularização das comparticipações da Segurança Social, créditos de fornecedores e regularizações de CC de utentes e fornecedores.



Correções de exercícios anteriores			
POSITIVAS	Valor	NEGATIVAS	Valor
Comparticipação Seg. Social	567,88	Comparticipação Seg. Social	2 110,86
ERPI - Complemento	0,00	ERPI - Complemento	0,00
ERPI	567,88	SAD	0,27
Centro Dia	0,00	Centro Dia	2 110,59
Outras correções	967,75	Outras correções	2 327,20
Despesas	77,78	Despesas	2 002,44
Fornecedores	889,97	Compras MP	44,76
Utentes	0,00	Utentes	280,00
TOTAL	1 535,63	TOTAL	4 438,06

A relação entre o passivo corrente, fornecedores correntes e de imobilizado, ordenados e subsídios relativos a 2025 a pagar em 2026, e o ativo corrente, é desfavorável aos ativos correntes, tendência de agravamento que vem de anos anteriores, tendo no entanto em atenção que as férias e respetivo subsídio e contribuições só serão pagas em junho do ano corrente.

O valor das dívidas aos fornecedores refere-se a valores correntes em pagamento, não havendo fornecedores em mora para além dos prazos de pagamento acordados.

Não existem dívidas de utentes em mora, sendo o saldo da conta dos Utentes, no valor de 1.536,59€, respeitante aos pagamentos das mensalidades em curso. Existe ainda na conta Gastos dos Utentes o valor de 2.454,75€ que se refere a consumos de medicamentos e outros bens relacionados com a saúde e higiene, valor este a ser reembolsado dos utentes.

O valor das dívidas ao Estado (15.614,21€) refere-se à TSU da Segurança Social (13.842,63€) e ao IRS retido na fonte (1.771,58€) dos funcionários e dos trabalhadores independentes em relação aos pagamentos de dezembro, Férias e S. Férias. Estes últimos pagamentos só se vencem em junho de 2026.

O valor referente a Outros Passivos Correntes (73.524,07€) refere-se aos valores das férias, mais os respetivos subsídio e encargos sociais vencidos no dia 1 de janeiro de 2026, a pagamento em junho de 2026, a que acresce ainda o valor de 36.346,52€ relativos aos vencimentos de dezembro de 2025 a pagar em janeiro 2026.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Handoso", "Lee", and "Joaquim".

Contas Correntes	2025		2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	8 729,51	73 514,07	4 095,86	74 891,31
Fornecedores de investimentos		0,00		0,00
Remunerações a liquidar		67 578,77		69 296,47
Sub férias		27 628,28		28 330,53
Férias		27 628,28		28 330,52
Encargos sociais		12 322,21		12 635,42
Outros acréscimos de custos (EDP, Gás, etc.)		5 935,30		5 594,84
Outros devedores e credores	8 729,51		4 095,86	
Reembolso IVA	6 046,01		0,00	
Santa Casa	228,75		915,00	
Município	0,00		0,00	
Utentes	2 454,75		3 180,86	
	8 729,51	73 514,07	4 095,86	74 891,31
Pessoal (31 de dezembro)		36 346,52		30 474,90
OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	8 729,51	109 860,59	4 095,86	105 366,21

O Balanço final comparado dos últimos 5 anos da empresa é o seguinte:

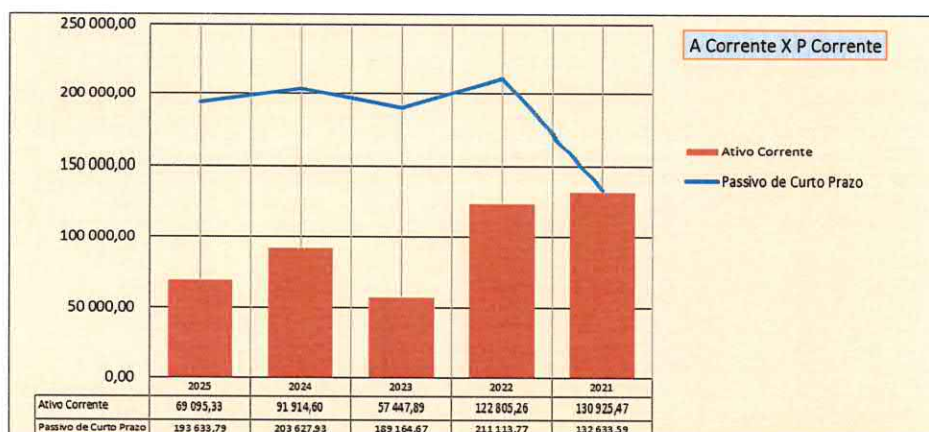


Paróquia
Jee.
for lps

RÚBRICAS	NO TAS	Variaç ão	DATAS				
			2025	2024	2023	2022	2021
ACTIVO							
Activo não corrente							
Activos fixos tangíveis		-2,08%	781 312,12	797 943,53	819 653,04	841 530,35	699 253,51
Activos intangíveis				0,00	0,00	0,00	2 063,80
Investimentos financeiros		0,00%	500,00	500,00	3 617,01	3 441,20	2 166,30
Investimentos em curso				0,00	0,00		81 114,36
		-2,08%	781 812,12	798 443,53	823 270,05	844 971,55	784 597,97
Activo corrente							
Inventários		-26,42%	2 102,86	2 857,82	2 055,48	1 598,11	2 080,56
Utentes		-21,59%	1 536,59	1 959,74	9 043,94	4 877,00	33 848,53
Outras contas a receber		113,13%	8 729,51	4 095,86			
Diferimentos			3 931,64	5 480,88	5 073,72	7 578,19	6 367,11
Caixa e depósitos bancários		-31,90%	52 794,73	77 520,30	41 274,75	108 751,96	88 629,27
		-24,83%	69 095,33	91 914,60	57 447,89	122 805,26	130 925,47
Total do activo		-4,43%	850 907,45	890 358,13	880 717,94	967 776,81	915 523,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO							
Fundos patrimoniais							
Fundos		0,00%	57 583,65	57 583,65	57 583,65	57 583,65	57 583,65
Reservas		0,00%	145 040,00	145 040,00	145 040,00	145 040,00	145 040,00
Resultados transitados		-6,59%	37 795,91	40 462,47	74 793,88	50 854,78	108 915,82
Outras variações nos fundos patrimoniais		-2,25%	407 980,90	417 362,42	397 308,60	398 914,09	400 325,72
Resultado líquido do período		-17,139%	1 903,53	-2 666,56	-34 331,41	30 971,45	-24 429,88
Total do fundo de capital		-1,14%	650 303,99	657 781,98	640 394,72	683 363,97	687 435,31
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos		-75,92%	6 969,67	28 948,22	51 158,55	73 299,08	95 454,55
		-75,92%	6 969,67	28 948,22	51 158,55	73 299,08	95 454,55
Passivo corrente							
Fornecedores		-25,79%	45 877,58	61 817,71	52 967,34	49 931,97	37 798,84
Pessoal		19,27%	36 346,52	30 474,90	19 944,63	26 586,18	14 461,07
Estado e outros entes públicos		12,36%	15 614,21	13 897,02	12 810,83	13 530,70	12 089,45
Financiamentos obtidos		-1,18%	22 281,41	22 546,99	22 338,87	22 125,46	0,00
Diferimentos					7 144,16	98 939,46	68 284,23
Outros Passivos Correntes		-1,84%	73 514,07	74 891,31	73 958,84		
		-4,91%	193 633,79	203 627,93	189 164,67	211 113,77	132 633,59
Total do passivo		-13,75%	200 603,46	232 576,15	240 323,22	284 412,85	228 088,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		-4,43%	850 907,45	890 358,13	880 717,94	967 776,81	915 523,44

Verifica-se uma ligeira redução no passivo corrente no presente ano, que não é significativo tendo em atenção a maior redução verificada no ativo corrente.

A Instituição deverá continuar neste ciclo económico nos anos seguintes de modo a reduzir gradualmente a diferença entre o ativo a curto prazo e o passivo a curto prazo.





Em relação ao imobilizado, foi investido em 2025 o valor de 14.362,12€ nos seguintes equipamentos.

Código	Nome	Func.	Estado	Valor Actual	Vlr.Amortizado	Valor Líquido
2025-001	VITRINE ORIMA ORCD-351	2025	Novo	650,00	108,29	541,71
2025-002	Grande Reparação Edifício (interior)	2025	Usado	2 358,80	47,18	2 311,62
2025-003	Grande Reparação Secadora lmesa azul	2025	Usado	1 711,34	285,11	1 426,23
2025-004	Grande Reparação Viatura 30-UT-97	2025	Usado	1 436,49	179,56	1 256,93
2025-005	Grande Reparação Viatura 79-IG-77	2025	Usado	8 205,49	1 025,69	7 179,80
				14 362,12	1 645,83	12 716,29

Não houve alienações de bens do imobilizado corpóreo em 2025.

2 – SITUAÇÃO SOCIAL INTERNA/EXTERNA DA CPSSF

2.1 – Utentes e colaboradores

Apesar de todas as dificuldades naturais, das dificuldades internas e da conjuntura adversa, a CPSSF desenvolveu a sua atividade normalmente, tendo aumentado o seu volume de negócios.

2.2 – Na comunidade Gandaresa/Bairradina

Neste ano a CPSSF prosseguiu a sua política de consolidação e reforço da sua boa imagem e posição na sociedade Cantanhedense e na região Gândara/Bairrada.

É importante referir que a CPSSF continua a efetuar um esforço contínuo no sentido de reforçar a sua imagem na sociedade Gandaresa/Bairradina, quer através de novas iniciativas associadas ao acolhimento e poio à comunidade, pela oferta de atividades já conhecidas, mas substancialmente melhorados.

A CPSSF tem procurado agir junto da comunidade, organizando convívios sazonais, como o “Pica no chão” e o “Dia da Mãe”, e os religiosos, que realizou e vai continuar a realizar como a Festa de Natal, da Páscoa, etc., no sentido de sensibilizar e unir para a solução dos problemas dos mais desprotegidos e carentes na nossa comunidade.

3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Nada a referir.

4 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE

A análise da evolução da atividade em 2025 e nos primeiros meses de 2026, perspetiva, com reservado otimismo, se não a melhoria, pelo menos a continuação da situação até agora verificada. Assim, para o ano de 2026, a CPSSF prevê prosseguir a sua atividade como habitualmente, nomeadamente:

- Continuar a colaborar, dentro do possível, nas iniciativas que nos forem propostas pelos Órgãos do Poder Local e demais Organizações Públicas;
- Organização de eventos e ações de angariação de fundos;



A CPSSF não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício passe para os anos seguintes sendo registado na conta de Resultados Transitados.

8 - AGRADECIMENTOS

A Direção da CPSSF aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada pelo Município de Cantanhede, pela Junta de Freguesia e por todos os amigos, utentes, fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Febres, 12 de maio de 2026



Solidariedade Social de Febres

A Direção

CPSSF 382 615

Tel. 231 460 997 - Rua do Comércio, 22A

CHOROSA - 3060-316 Febres

Paula Fernanda Oliveira Cardoso

António J. Lima

Paula Mariana Marques Silva

João da Silva Lopes

CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FEBRES
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NIF: 501 382 615,00
 (modelo para ESNL)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	8.3	967 424,13	611 009,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8.3	17 471,83	339 817,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.3	-124 401,84	-142 922,08
Fornecimentos e serviços externos		-181 953,44	-188 380,82
Gastos com o pessoal		-660 464,06	-605 090,60
Outros rendimentos e ganhos	8.4	39 708,04	31 750,02
Outros gastos	8.2	-23 415,53	-15 564,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34 369,13	30 618,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4.2	-30 993,53	-30 165,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 375,60	452,26
Juros e rendimentos similares obtidos		323,69	135,35
Juros e gastos similares suportados		-1 795,76	-3 254,17
Resultados antes de impostos		1 903,53	-2 666,56
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		1 903,53	-2 666,56

UNIDADE MONETÁRIA (1)

(1) - O euro

Lee: Clee
e.e. 38335

*Centro Paroquial de
 Solidariedade Social de Febres
 N.º 501 382 615
 Rua do Comércio, 22A
 3070-322 Mira*

Paula Fernanda Oliveira Cardoso

Jóni da Silva Lopes

ERA NUMÉRICA, LDA
 Rua Mário Roldão, 15
 3070 - 322 Mira

CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FEBRES
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(modelo para ESNL)

RÚBRICAS	NOT AS	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.2	781 312,12	797 943,53
Investimentos financeiros	5.2	500,00	500,00
		781 812,12	798 443,53
Activo corrente			
Inventários	7.2	2 102,86	2 857,82
Utentes		1 536,59	1 959,74
Outras contas a receber	8.5	8 729,51	4 095,86
Diferimentos		3 931,64	5 480,88
Caixa e depósitos bancários		52 794,73	77 520,30
		69 095,33	91 914,60
Total do activo		850 907,45	890 358,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.2		
Fundos		57 583,65	57 583,65
Reservas		145 040,00	145 040,00
Resultados transitados		37 795,91	40 462,47
Outras variações nos fundos patrimoniais		407 980,90	417 362,42
Resultado líquido do período		1 903,53	-2 666,56
Total do fundo de capital		650 303,99	657 781,98
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.4	6 969,67	28 948,22
		6 969,67	28 948,22
Passivo corrente			
Fornecedores		45 877,58	61 817,71
Estado e outros entes públicos		15 614,21	13 897,02
Financiamentos obtidos	11.4	22 281,41	22 546,99
Outros Passivos Correntes	8.5	109 860,59	105 366,21
		193 633,79	203 627,93
Total do passivo		200 603,46	232 576,15
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		850 907,45	890 358,13
UNIDADE MONETÁRIA (Euro)	NIF 501382615		

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

NIF 501382615

Rosa
Rosa Fernanda Oliveira Cardoso

Centro Paroquial de
Solidariedade Social de Febres
CPSSE - Cód. NIF 501 382 615
Telf. 231 460 007 - Rua Mário Roldão, 15
3070 - 322 Mira

João
João António Marques Silva
João da Silva Lopes

João
e.e. 38335

ERA NUMÉRICA, LDA
Rua Mário Roldão, 15
3070 - 322 Mira

CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FEBRES

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		861 325,78	827 337,52
Pagamentos a fornecedores		-367 114,90	-352 545,40
Pagamentos ao pessoal		-626 129,51	-563 225,89
Caixa gerada pelas operações		-131 918,63	-88 433,77
Outros recebimentos / pagamentos		72 160,01	117 245,29
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-59 758,62	28 811,52
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		- 650,00	-14 750,82
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		323,69	135,35
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-326,31	-14 615,47
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		73 473,76	22210,33
Realização de fundos		2 400,00	2400
Doações		5 504,04	693,34
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-44 222,68	0,00
Juros e gastos similares		- 1 795,76	-3254,17
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		35 359,36	22 049,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-24 725,57	36 245,55
Caixa e seus equivalentes no início do período		77 520,30	41 274,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23	52 794,73	77 520,30

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Luc. Spee
c.c. 38335

Rui...
Paula Fernanda Oliveira Cardoso

Centro Paroquial de
Solidariedade Social de Febras
CIBIF Contrib. N.º 501 382 015
N.º 5 871 460 007 - Rua do Comércio, 244
4100-015 Febras

João António Fagundes
João da Silva Lopes

ERA NUMÉRICA, LDA
Rua Mário Roldão, 15
3070 - 322 Mira

Audado
Paulo
J. L. L.

Anexo
Ao Relatório e Contas
do exercício económico de 2025
(de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025)

NOTA INTRODUTÓRIA

Anexo elaborado de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL).

As posições não indicadas correspondem a situações não aplicáveis à Instituição, ou a sua apresentação e divulgação não é relevante.

Nota 1. Identificação da Entidade

O CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FEBRES (CPSSF), é uma Pessoa Coletiva de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada em 18 de julho de 1984 na Direção Geral da Segurança Social sob o n.º 34/84, a folhas 62 e verso, cujos fins são “a piedade, o apostolado e a caridade” e “propõe-se contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, podendo coadjuvar e colaborar com os serviços públicos competentes ou com outras instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social”.

Para este efeito a CPSSF promoveu a instalação um centro de acolhimento, devidamente equipado para prosseguir as atividades que constam dos objetivos consagrados nos seus estatutos assim como adquiriu equipamentos para dar apoio domiciliário aos seus utentes.

O CAE da instituição é o 87301 e 88101, e esta encontra-se inscrita na Repartição de Finanças de Cantanhede, enquadrada no Regime de Isenção do IVA ao abrigo do art. 9º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), e com isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo do art. 10º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, por desenvolver atividades de cariz humanitário e de Solidariedade Social, atividades para as quais foi fundada, beneficiando do estatuto de Utilidade Pública.

As presentes Demonstrações Financeiras (DF) dizem respeito à atividade individual da CPSSF.

1.1. Designação da entidade

CPSSF – CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FEBRES (Instituição de Solidariedade Social - IPSS)

NIPC: 501382615

1.2. Sede e localização das instalações

Rua do Comércio, nº 22 – A - Chorsosa
3060-316 Febres

Rauloso
Amor
João

1.3. Natureza da atividade

A atividade da CPSSF é desenvolvida nos termos dos estatutos da instituição e tem como desígnio, entre outros, o apoio aos idosos, às famílias, à integração social e comunitária, e, à proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, etc., estando atualmente a desenvolver a sua atividade principalmente em três Respostas Sociais para os idosos, o Lar, ou seja, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário.

Para dar cumprimento e satisfação aos estatutos nestas Respostas Sociais a instituição tem nos seus quadros os seguintes trabalhadores e utentes, a seguir discriminados, por Resposta Social:

O Quadro Social da CPSSF é o seguinte:

Número médio funcionários	2025	2024
TOTAL	38	37
Efetivos	25	29
A termo	13	8
CEI	1	0

Colaboradores ao serviço de todas as Respostas Sociais	
Diretora Técnica	1
Administrativos	2
Cozinha	2
Animadora	1
Auxiliares Serviços Gerais	13
Ajudantes Ação Direta	17
Lavandaria	2

RESPOSTAS SOCIAIS – ATIVIDADE DESENVOLVIDA		Trabalhadores		Média Utentes	
		2025		2024	
Lar	Acolher e apoiar pessoas em idade sénior, em regime de permanência.	20	20	37	37
CD	Acolher e apoiar pessoas em idade sénior, em regime diurno no horário normal.	11	11	22	31
AD	Apoiar ao domicílio pessoas em situação social de fragilidade e/ou em idade sénior, em regime de visitas ao seu domicílio	7	6	22	23
		38	37	81	91

A repartição dos colaboradores e dos utentes pelas respostas sociais é a seguinte.

Rauloso
João Lucas
João Lopes

Quadro de Pessoal 2025								(MÉDIAS)	Trabalhad	Utentes
VALÊNCIAS	Trabalhadores Exclusivos		Trabalhadores Afetos		Trabalhadores gerais				FUNCIONÁRIOS TOTAIS	Utentes Média
ERPI	9,92	Ajudantes Ação Direta		4,33	Auxiliares Serviços Gerais		2	Cozinha	20	37,00
CD	4,00			3,00			3	DT + TSS	11	22,17
SAD	0,00			3,58			8	Outros	7	21,83
	13,9			10,92			13		38	81

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, tendo por base de mensuração o custo histórico, e de acordo com as normas contabilísticas do Sistema de Normalização Contabilística-ESNL (SNC-ESNL), regulado pelos diplomas legais mais relevantes que se seguem:

- DL n.º 158/2009.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.
- Portaria n.º 218/2015, de 23/7.
- Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aditada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.
- NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Entidades Setor Não Lucrativo.
- Aviso n.º 8257/2015
- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07.
- Portaria n.º 220/2015, de 24/07.

Sempre que a NCRF-ESNL não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem à Instituição, em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fez-se recurso pela ordem indicada:

- Às NCRF e NI;

- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

A data do Balanço é 31 de dezembro de 2025, e todas as informações se referem ao período de relato, que é o do Ano Civil de 2025.

Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do ano anterior, com exceção um ajustamento efetuado nas contas de Prestações de serviços e de Subsídios, conforme quadro seguinte.

Ajustamento de contas		
De 75 - Subsídios, doações e legados à exploração para a 72 - Prestações de serviços	Conta 2024	Conta 2025
Centro de dia	75111	72122
Acordo	751111	721221
Complemento de demência	751112	721222
Apoio domiciliário	75112	72132
Acordo	751121	721321
Complemento de demência	751122	721322
ERPI	75113	72112
Acordo	751131	721121
Complemento de demência	751132	72122
Complemento de vagas	75115	72123
75 - Subsídios, doações e legados à exploração	Conta 2024	Conta 2025
IEFP	7512	75121
Município de Cantanhede	7514	75122

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Raudoso
Dante
J. L. L.
J. L. L.

3.1. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime do Acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Comparabilidade.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Instituição espera incorrer.

Os ativos adquiridos por meio de subsídios do governo são reconhecidos, de igual modo, pelo custo de aquisição ou produção.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, tendo em conta a sua vida útil. Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Bem	Anos
Terrenos e Recursos Naturais	0 anos
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento Transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 20 anos

*Paulo
Gomes*
João Gomes

Os terrenos não são amortizados por não sofrerem desvalorização pela utilização.

O edifício do imobilizado é o da sede e das instalações onde se desenvolvem as atividades da Instituição.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho, ou a perda, resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

a.2) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação dos ativos são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

a.3) Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Exceto quando sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos em que os custos são capitalizáveis.

a.4) Inventários

As mercadorias estão valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui todas as despesas incorridas até à entrada em armazém.

Se o valor realizável líquido for inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A reversão das perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressas na demonstração de resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”.

A Instituição utiliza o regime de inventário intermitente.

a.5) Contratos de construção - Obras

A Instituição reconhece os custos das obras de acordo com a data da sua entrada em funcionamento se for uma construção nova, caso em que integra o imobilizado, ou quando a obra estiver completa se for arranjo, manutenção ou reabilitação, caso em que é considerada despesa corrente se não aumentar o período de vida útil e/ou não for considerada uma alteração significativa.

a.6) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade, com as especificações seguintes:

1. **Venda de bens:** o rédito é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
 - a. todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
 - b. a Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
 - c. os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.
2. **Prestação de serviços:** o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as condições sejam satisfeitas, sendo usual o vencimento no final do Mês.
3. **Juros:** o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efetivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer

*João Lopes
Rauloza*

desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade. Quando juros não pagos tenham sido acrescidos na aquisição, o recebimento subsequente de juros é distribuído entre os períodos pré e pós aquisição, a somente a parte pós aquisição é reconhecida como rédito.

a.7) Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à prestação de serviços decorrentes das respostas sociais convencionadas são reconhecidos como proveitos correntes.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados a investimentos no ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciables, ou ativos intangíveis com vida útil indefinida, serão mantidos no capital próprio. Subsídios do Governo reembolsáveis são reconhecidos como passivos, e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Outros subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

a.8) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que

*José Lopes
Rui
Raulo*

os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

a.9) Imposto sobre o rendimento do período

O gasto referente ao imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente apurado.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Instituição de acordo com as regras fiscais em vigor.

a.10) Instrumentos financeiros

a. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões nos rendimentos.

b. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O custo dos juros incorrido com empréstimos é reconhecido na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

c. Dívidas a terceiros

João Lopes
Daniel
Ramos

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo valor do custo.

d. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos montantes líquidos de valores em caixa e nos depósitos à ordem.

a.11) Investimentos financeiros

O montante registado em investimentos financeiros refere-se a uma participação no capital da Caixa de Crédito Agrícola mutuo de Cantanhede/Mira.

a.12) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

a.13) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, comissões e outras retribuições adicionais que forem decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Não existem benefícios a longo prazo.

a) As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

b) Outras políticas relevantes

As políticas contabilísticas apresentadas anteriormente foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF-ESNL. Na data do balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

João Lopes
Raulo

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3. 2. Alterações das políticas contabilísticas

Ocorreram alterações nas políticas contabilísticas, conforme descritas no ponto 2.3, passando as receitas de acordos com a S. S. a ser registadas na conta 72.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas da Instituição.

3.4. Correção de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreram as seguintes correções de períodos anteriores. Estes valores afetaram as contas de custo e proveitos.

Correções de exercícios anteriores			
POSITIVAS	Valor	NEGATIVAS	Valor
Comparticipação Seg. Social	567,88	Comparticipação Seg. Social	2 110,86
ERPI - Complemento	0,00	ERPI - Complemento	0,00
ERPI	567,88	SAD	0,27
Centro Dia	0,00	Centro Dia	2 110,59
Outras correções	967,75	Outras correções	2 327,20
Despesas	77,78	Despesas	2 002,44
Fornecedores	889,97	Compras MP	44,76
Utentes	0,00	Utentes	280,00
TOTAL	1 535,63	TOTAL	4 438,06

3.5. Estimativas

*João Lopes
Pimenta
Caudoso*

Os custos que pela sua natureza não foi possível atribuir em exclusivo a uma determinada Resposta Social foram repartidos por todas as Respostas Sociais com recurso a uma percentagem ponderada, calculada com base no nº de utentes, de funcionários de cada RS e da utilização das instalações e equipamentos, processo este também aplicado às receitas que não se destinavam a uma Resposta Social determinada.

Ponderação	% Utentes	Trabalha Exclusivos	% Traba	% Utentes	TOTAL trabalhado res	% dos Trabalhadores	% Ponderada
			TrabAfet	TrabGera			
5,07	45,68%	10	4	2	16	43%	68,62%
0,90	27,37%	4	3	3	10	26%	12,77%
1,63	26,95%	0	4	8	12	31%	18,61%
7,6	100,00%	13,92	10,92	13,00	38	100,00%	100,00%

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. As bases de mensuração e os métodos de depreciação utilizados, bem como as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

4.2. Durante os exercícios compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o que se segue.

2024								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	145 040,00	952 045,70	96 111,88	197 356,27	8 848,35	145 425,12	-	1 544 827,32
Aquisições	-	-	8 456,48	-	-	-	-	8 456,48
Transferências e abates				(90 615,39)				(90 615,39)
Revalorizações								-
Outras variações								-
Saldo final	145 040,00	952 045,70	104 568,36	106 740,88	8 848,35	145 425,12	-	1 462 668,41
Depreciações acumuladas e perdas por								
Saldo inicial		301 055,64	91 612,85	178 877,38	8 848,35	144 780,06		725 174,28
Depreciações do exercício		19 960,81	2 565,51	7 233,25		406,42		30 165,99
Alienações/abates		-		(90 615,39)				(90 615,39)
Transferências								-
Saldo final	-	321 016,45	94 178,36	95 495,24	8 848,35	145 186,48	-	664 724,88
Activos líquidos	145 040,00	631 029,25	10 390,00	11 245,64	-	238,64	-	797 943,53

Daniel
Raulo
João

2025								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	145 040,00	952 045,70	104 568,36	106 740,88	8 848,35	145 425,12	-	1 462 668,41
Aquisições	-	2 358,80	2 361,34	9 641,98	-	-	-	14 362,12
Transferências e abates								-
Revalorizações								-
Outras variações								-
Saldo final	145 040,00	954 404,50	106 929,70	116 382,86	8 848,35	145 425,12	-	1 477 030,53
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		321 016,45	94 178,36	95 495,24	8 848,35	145 186,48	-	664 724,88
Depreciações do exercício		19 805,40	2 958,91	7 990,58	-	238,64	-	30 993,53
Alienações/abates		-	-	-	-	-	-	-
Transferências								-
Saldo final	-	340 821,85	97 137,27	103 485,82	8 848,35	145 425,12	-	695 718,41
Activos líquidos	145 040,00	613 582,65	9 792,43	12 897,04	-	-	-	781 312,12

Os bens do Imobilizados corpóreo adquiridos no ano constam do quadro seguinte:

Código	Nome	Func.	Estado	Perc	Valor Actual	Vlr.Amortizado	Valor Líquido
2025-001	VITRINE ORIMA ORCD-351	2025	Novo	16,66	650,00	108,29	541,71
2025-002	Grande Reparação Edifício (interior)	2025	Usado	2	2 358,80	47,18	2 311,62
2025-003	Grande Reparação Secadora lmesa azul	2025	Usado	16,66	1 711,34	285,11	1 426,23
2025-004	Grande Reparação Viatura 30-UT-97	2025	Usado	12,5	1 436,49	179,56	1 256,93
2025-005	Grande Reparação Viatura 79-IG-77	2025	Usado	12,5	8 205,49	1 025,69	7 179,80
					14 362,12	1 645,83	12 716,29

4.5. Valor dos Ativos fixos tangíveis expresso por quantias revalorizadas

A Instituição não possui ativos fixos tangíveis revalorizados.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Não há ativos intangíveis.

5.2 O valor dos investimentos financeiros (500,00€) refere-se a de duas quotas, 250€ dada uma, no capital da Caixa de Crédito Agrícola de Cantanhede e Mira.

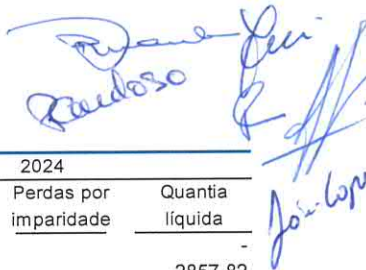
6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Durante o período de 2025 a Instituição não capitalizou custos de empréstimos obtidos.

7. INVENTÁRIOS

7.1. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, bem como a fórmula de custeio usada estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

7.2. Em 2025 e em 2024, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:


 Raulo

	2025			2024		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias			-			-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 102,86		2 102,86	2 857,82		2 857,82
Produtos e trabalhos em curso			-			0
(...)						
	<u>2 102,86</u>	<u>-</u>	<u>2 102,86</u>	<u>2 857,82</u>	<u>-</u>	<u>2 857,82</u>

7.3. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é detalhado conforme se segue:

2025				
	Mercadorias	MP, subsid.	(...)	Total
		consumo		
Saldo inicial		2 857,82		2 857,82
Compras		124 023,59		124 023,59
Regularizações		(376,71)		(376,71)
Saldo final		2 102,86		2 102,86
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	124 401,84		124 401,84

2024				
	Mercadorias	MP, subsid.	(...)	Total
		consumo		
Saldo inicial		2 055,48		2 055,48
Compras		144 058,20		144 058,20
Regularizações		(333,78)		-333,78
Saldo final		2 857,82		2 857,82
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	142 922,08		142 922,08

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. As políticas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinação da fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

8.2. A repartição de custos gerais, não diretamente atribuíveis a cada Resposta Social, de acordo com o ponto 3.5, foi feita com base na percentagem de repartição apurada de acordo com o quadro seguinte. Nestas contas foram considerados os trabalhadores em estágio remunerado.

	ERPI	CD	SAD
2025	Descrição		
Pessoal	20,2	10,6	7,1
Utentes	37,0	22,2	21,8
Pessoal	53,36%	27,91%	18,73%
Utentes	45,68%	27,37%	26,95%
Ponderação	68,62%	12,77%	18,61%

O valor do custo mensal por utente foi apurado da seguinte maneira:

2025	R. S.	ERPI	CD	SAD
CustoTotal S/Amortização	991 206,55	678 763,10	128 371,99	184 071,46
% Repartição	Ponderação	68,62%	12,77%	18,61%
Utentes	81	37	22	22
Custo Mensal Utente	1 019,76	1 528,75	482,60	702,56

As principais rubricas de despesas gerais são:

	Variação	2025	2024
FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	-6 427,38	181 953,44	188 380,82
Serviços especializados	2 245,61	67 310,23	65 064,62
Materiais	-3 728,57	10 421,44	14 150,01
Energia e fluídos	-1 931,22	69 725,80	71 657,02
Deslocações, estadas e transportes	49,85	360,20	310,35
Serviços diversos - Outros Gastos	-3 063,05	34 135,77	37 198,82

Incluídas na conta 626 Outros Gastos, foram registadas as seguintes despesas:

FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	Variação	2025	2024
OUTROS GASTOS E PERDAS	-9 638,88	34 135,77	37 198,82
Rendas	-6,15	332,10	338,25
Comunicação	-785,69	3 754,70	4 540,39
Seguros	-412,49	5 158,21	5 570,70
Contencioso e notariado	-1 037,04	0,00	1 037,04
Limpeza Higiene e Conforto	-876,86	22 322,04	23 198,90
Outras despesas (bancárias e outras)	55,18	2 568,72	2 513,54

Em Outros Gastos estão registados os valores da conta 68.

	OUTROS GASTOS	23 415,53
681	Impostos	11 853,38
688	Outros	11 562,15
6881	Correcções relativas a períodos anteriores	4 438,06
68811	Despesas	2 002,44
68814	Compras alimentação	44,76
68815	C/C utentes	280,00
68816	Comparticipações ISS	2 110,86
6882	Angariação Fundos	5 801,30
68821	Dia Mae	1 254,36
68822	Festa Natal	780,00
68823	Pica no Chão	3 766,94
6883	Quotizações	150,00
6887	Arredondamentos contra nós	2,86
6888	Outros não especificados	1 169,93

8.3. Rendimentos

Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período foi:

	Variação N / N-1		2025	2024
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	356 414,68	58,33%	967 424,13	611 009,45
Quota dos Utilizadores	357 136,18	58,74%	965 144,13	608 007,95
Lar	235 448,05	57,77%	643 022,64	407 574,59
Centro Dia	28 344,99	24,82%	142 558,47	114 213,48
Apoio domiciliário	93 343,14	108,26%	179 563,02	86 219,88
Cantina Social	- 721,50	-24,04%	2 280,00	3 001,50

	Variação N / N-1		2025	2024
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À	-322 345,31	-94,86%	17 471,83	339 817,14
Subsídios Estado e outros E Públicos	-322 345,31	-94,86%	17 471,83	339 817,14
Segurança Social	-332 020,75	-100,00%	0,00	332 020,75
Centro Dia	- 67 939,71	-100,00%	0,00	67 939,71
Apoio domiciliário	- 86 996,71	-100,00%	0,00	86 996,71
Lar idosos	-177 084,33	-100,00%	0,00	177 084,33
IEFP	- 1 701,11	-26,78%	4 650,94	6 352,05
Município Cantanhede	6 566,85	875,58%	7 316,85	750,00
Doações e Heranças	4 809,70	692,70%	5 504,04	694,34

8.4. Outros rendimentos.

	Variação	2025	2024
OUTROS RENDIMENTOS	10 408,02	39 708,04	31 750,02
Rendimentos suplementares	13 075,02	15 475,02	2 400,00
Rapel	0,00	0,00	0,00
Painel Solar	0,00	2 400,00	2 400,00
Donativos/AngFundos	13 075,02	13 075,02	0,00
Descontos PP Obtidos	0,00	0,00	0,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em imobilizado	-2 450,00	0,00	2 450,00
Outros	-2 667,00	24 233,02	26 900,02
Correções Periodos Anteriores	702,40	1 535,63	833,23
Imputação Subsídios	548,34	12 696,62	12 148,28
Restituição de Impostos	3 952,82	8 951,62	4 998,80
Outros	-7 870,56	1 049,15	8 919,71

As comparticipações da Segurança Social representam 35,32% do total das receitas com os utentes, o que representa uma melhoria em relação ao ano de 2024 que foi 33,86%.

RECEITAS CORRENTES	TOTAL RS	TotRS/TOTAL	UTENTES	SEG Social	SS/Tot.RS
Totais	965 144,13	62,26%	600 911,38	364 232,75	37,74%
Lar (com complementos)	643 022,64	66,62%	422 197,28	220 825,36	34,34%
Centro Dia	142 558,47	14,77%	86 124,37	56 434,10	39,59%
Apoio domiciliário	179 563,02	18,60%	92 589,73	86 973,29	48,44%

8.5. Outros ativos e passivos correntes

Contas Correntes	2025		2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	8 729,51	73 514,07	4 095,86	74 891,31
Fornecedores de investimentos		0,00		0,00
Remunerações a liquidar		67 578,77		69 296,47
Sub férias		27 628,28		28 330,53
Férias		27 628,28		28 330,52
Encargos sociais		12 322,21		12 635,42
Outros acréscimos de custos (EDP, Gás, etc.)		5 935,30		5 594,84
Outros devedores e credores	8 729,51		4 095,86	
Reembolso IVA	6 046,01		0,00	
Santa Casa	228,75		915,00	
Município	0,00		0,00	
Utentes	2 454,75		3 180,86	
	8 729,51	73 514,07	4 095,86	74 891,31
Pessoal (31 de dezembro)		36 346,52		30 474,90
OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	8 729,51	109 860,59	4 095,86	105 366,21

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

10.1 A Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios à exploração do governo e de outras entidades públicas, que representam 32,43% do total das receitas:

Subsídios à exploração	2025			Subsídios à exploração	2024		
	Seg. Social	IEFP	Município		Seg. Social	IEFP	Junta Freguesia
Quantia Escriturada no Início	366 955,09	4 650,94	7 316,85	Quantia Escriturada no Início	332 020,75	6 352,05	750,00
Reconciliação	-2 722,34	0,00	0,00	Reconciliação	0,00	0,00	0,00
Quantia Escriturada no Final	364 232,75	4 650,94	7 316,85	Quantia Escriturada no Final	332 020,75	6 352,05	750,00

Foram ainda contabilizados as imputações de subsídios ao investimento recebidos em anos anteriores, conforme quadro seguinte:

Tipologia Investimento	Designação do Bem	Valor do Investimento	Subsídio Reconhecido	Valor Líquido do Subsídio
Edifícios e Outras Construções	Ampliação das Instalações	725925.94	11104.64	355907.16
Equipamento Básico	Maquina Lavar Alta Extração 18kg	8456.48	552.30	2762.80
Edifícios e Outras Construções	Remodelação centro social	150579.29	644.04	30914.02
Edifícios e Outras Construções	Remodelação das Instalações	0.00	197.82	9297.37
Edifícios e Outras Construções	Remodelação das Instalações	150579.29	197.82	9099.55
	Totais:	1035541.00	12696.62	407980.90

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. As bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

11.2. Durante o exercício de 2025 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos relativos aos Fundos Patrimoniais.

2025				
	Saldo Inicial			Saldo Final
	2025	Aumentos	Reduções	2025
Fundos	57 583,65			57 583,65
Reservas	145 040,00			145 040,00
Resultados transitados	40 462,47		2 666,56	37 795,91
Outras variações nos Fundos patrimoniais	417 362,42	3 315,10	12 696,62	407 980,90
Resultado Líquido do período	(2 666,56)	1 903,53	2 666,56	1 903,53
Total dos Fundos Patrimoniais	657 781,98	5 218,63	18 029,74	650 303,99

2024				
	Saldo Inicial			Saldo Final
	2024	Aumentos	Reduções	2024
Fundos	57 583,65			57 583,65
Reservas	145 040,00			145 040,00
Resultados transitados	74 793,88		34 331,41	40 462,47
Outras variações nos Fundos patrimoniais	397 308,60	32 202,10	12 148,28	417 362,42
Resultado Líquido do período	(34 331,41)	34 331,41	2 666,56	(2 666,56)
Total dos Fundos Patrimoniais	640 394,72	66 533,51	49 146,25	657 781,98

11.3. Ativos financeiros dados em garantia ou penhor ou promessa de penhor.

No exercício a Instituição não deu ativos financeiros em garantia ou em penhor.

11.4. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior, ou inferior, a um ano.

a) Dívidas correntes/não correntes a instituições de crédito.

2025	Corrente	Não corrente	Total	2024	Corrente	Não corrente	Total
Financiamento bancário	22 281,41	6 969,67	29 251,08	Financiamento bancário	22 546,99	28 948,22	51 495,21
Locações	-	-	-	Locações	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	Descobertos bancários	-	-	-
Desconto de saques	-	-	-	Desconto de saques	-	-	-
Total	22 281,41	6 969,67	29 251,08	Total	22 546,99	28 948,22	51 495,21

11.5. O valor em Investimentos Financeiros, no valor de 500,00€, refere-se a uma participação no capital da CCAM de Cantanhede e Mira.

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio mensal de funcionários ao serviço de Instituição no final do período foi de 38 e não existem outros benefícios concedidos além dos previstos na lei como obrigatórios.

David Cardoso
Leandro
R. M.
Jón Lopes

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 12 de maio de 2026.

13.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

No período que decorreu entre 1/01/2026 e 12/05/2026 não foram detetadas quaisquer situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2025.

O início do ano de 2026 fica marcado pelo início dos conflitos entre Israel e os Estados Unidos da América por um lado e o Líbano e o Irão pelo outro, conflitos estes iniciados em 28 de fevereiro de 2026. O desenvolvimento destes conflitos, conjuntamente com os existentes de anos anteriores, tem sido acompanhado pela incerteza geral no que respeita à evolução da economia. A magnitude, extensão e durabilidade dos mesmos torna a avaliação dos seus impactos num exercício árduo e incerto.

Graças a estes conflitos têm ainda havido alguns constrangimentos, e manutenção dos preços a um nível elevado, nos transportes de forma generalizada, os rodoviários, com um acréscimo substancial de custos.

Salientamos que tais factos poderão ter um efeito negativo sobre a atividade e a sustentabilidade da CPSSF durante o exercício económico de 2026, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos nas demonstrações financeiras desse exercício, que está dependente, entre outros, da dimensão temporal e consequências dos mencionados conflitos.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

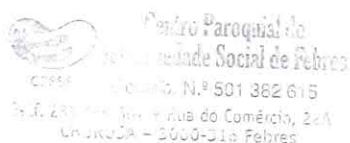
De acordo com o art.º 2º do DL 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Mais declaramos que, de acordo com o n.º 1 do art.º 21 do DL 411/91 de 17 de outubro, não há débitos em mora a Segurança Social e não há acordos de pagamento celebrados com essa entidade.

A Instituição não possui sucursais.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

O resultado líquido do exercício passa para os anos seguintes sendo registado na conta de Resultados Transitados.



Febres, 12 de maio de 2026.

A Direção

O contabilista certificado

Paula Fernanda Oliveira Caudalo

Ana Antonia Torres Silva

C.E. 38335
ERA NUMÉRICA, LDA
Rua Mário Roldão, 15
3070 - 322 Mira